

ATA Nº 06/2011

ATA DA SEGUNDA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DO MÊS DE NOVEMBRO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÍLHAVO, REALIZADA NO DIA TRINTA DE NOVEMBRO DO ANO DOIS MIL E ONZE. ----

Aos trinta dias do mês de novembro do ano dois mil e onze, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal de Ílhavo no Salão Nobre dos Paços do Município, para realizar a segunda reunião da Sessão de novembro destinada à análise dos seguintes pontos da Ordem do Dia: -----

Ponto 3 – Apreciação e Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Costa Nova; -----

Ponto 4 — Apreciação e Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota; -----

Ponto 5 – Debate sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local; -----

Ponto 6 – Aprovação da candidatura da Câmara Municipal ao financiamento BEI/QREN para as seguintes obras: -----

- a) Centro de Investigação e Empreendedorismo; -----
- b) Qualificação Urbana e Ambiental do “casco Antigo” da Cidade; -----
- c) Requalificação Urbana da Av. 25 de Abril; -----
- d) Requalificação Urbana e Ambiental Frente Ria Costa Nova – Biarritz; -----

COMPOSIÇÃO DA MESA: A mesa ficou constituída nos termos do nº. 3, do artigo 20º. do Regimento, pelo seu Presidente em Exercício Carlos Sarabando, pela primeira secretária, Maria do Rosário Silva e pelo segundo secretário Licínio Ferreira da Graça.-----

PRESENÇA DO EXECUTIVO: Por parte do Executivo estiveram presentes nesta reunião o Presidente José Ribau Esteves e os Vereadores, Paulo Costa, Fernando Caçoilo, Marcos Ré, José Vaz e Júlio Merendeiro. Esteve ausente a Vereadora Beatriz Martins.-----

FALTAS: -----

Manuel Serra, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo Tesoureiro da Junta de Freguesia da Gafanha da Nazaré, Carlos António Neves da Rocha. -----

Paulo Trincão, apresentou um pedido de justificação de falta nesta reunião, por se encontrar ausente do Município. Por esse motivo é substituído, pelo que se lhe segue na lista Manuel Soares. -----

Uma vez declarada aberta a reunião pelo Presidente da Mesa, procedeu-se de imediato à chamada dos membros deste órgão, tendo tido a presença de: Licínio Graça, Carlos Sarabando, Paulo Nordeste, Maria do Rosário Silva, António Flor Agostinho, António Pedro Martins, Mário Júlio Ramos, Maria de Lurdes Vieira, Manuel Soares, Mariana Franco, Daniel Tavares, Pedro Parracho, António Pinho, Susana Diamantino, Amantino Caçoilo, Hugo Coelho, Jorge São Marcos, Maria de Fátima Bola, José Alberto

Loureiro, Júlio Barreirinha, Catarina Resende, Rufino Filipe, Carlos António Rocha, Domingos Vilarinho e Eduardo Conde. --

A reunião teve início às 21H00. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 3 – Apreciação e Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Costa Nova; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Dado a proposta apresentada ser semelhante ao ponto 4 da Ordem do Dia indica que a explicação é para ambos os pontos. Explica que a alteração apresentada depende da obra que será indicada no Cais da Costa Nova resultado da candidatura ao Programa Operacional das Pescas que irá introduzir um novo modelo de gestão do Cais que resultará na dragagem de limpeza do ancoradouro; conservação em manutenção dos armazéns de aprestos e a construção de uma rampa em betão a sul do cais para manobras de conservação e tratamento das embarcações. Indica que o balanço da gestão destas infraestruturas tem sido positivo e que com a aprendizagem adquirida pretende-se melhorar a sua gestão. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 4 — Apreciação e Votação da proposta de alteração do Regulamento Interno do Cais dos Pescadores da Mota; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: Por anteriormente ter explicado prescinde da palavra. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 5 – Debate sobre o Documento Verde da Reforma da Administração Local; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: A análise ao documento apresentado resultou de uma reunião de trabalho entre os representantes dos quatro partidos com assento na Assembleia Municipal e o seu Presidente. Verificaram conjuntamente que o mais importante nesta Reforma é a definição das competências dos patamares do Poder Local, Freguesias, Municípios e Associações de Municípios daquilo que a Administração Central pretende descentralizar e as questões do seu financiamento. -----

Sabendo que a situação apresentada não é a apropriada para a prática, visto que tem de existir um aumento financeiro atribuído para que este acréscimo de competências previsto seja exercido com a necessária sustentabilidade. Pela sua dificuldade, verifica que esta questão não tem sido discutida devidamente, pois ainda não foi explicado como se conseguirá levar a cabo essas competências com

baixos recursos financeiros. -----

Embora esteja prevista a redução de Freguesias conclui-se que esta medida não é efetiva para a redução de despesas financeiras, bem como ainda se encontram por definir quais os critérios para a efetivação dessa redução. -----

O estudo Piloto das Comunidades Intermunicipais está previsto terminar as suas conclusões em final de janeiro o qual ajudará a definição das medidas a aplicar pelo Governo nesta matéria. -----
--

No que respeita à fusão de freguesias, prevê-se no nosso município a junção das freguesias da Gafanha da Encarnação com a Gafanha do Carmo, no entanto informa que nada se encontra definido. -----

Conclui que esta Reforma deverá dar fortalecimento à Administração Local, pois é a que melhor representa a participação dos cidadãos no Estado. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS ----- -----

ANTÓNIO PINHO: À semelhança de vários documentos formais apresentados este é igualmente uma consulta da opinião pública, visto ser um documento para debate. -----

O Municipalismo tem alguma estrutura desatualizada e por isso de forma coordenada crê ser importante a adaptação a um novo modelo conforme as novas rotinas do século XXI. -----

FÁTIMA BOLA: Perante este documento considera de grande importância a descentralização de competências, para que essas estruturas tenham capacidades de intervir no dia a dia do cidadão. Para isso, dever-se-á atribuir uma efetiva descentralização dos órgãos, conferindo-lhes por esta via, capacidade de gestão e de melhoria de vida. Indica que descentralizar requer um profundo olhar sobre todas as estruturas governativas e administrativas que habitam o nosso país, e eliminar pontos de burocracia existentes. Para além disso, é conferir também poder de fiscalização ao cidadão e às suas estruturas de associações para um papel cativo de acompanhamento de políticas, como também de partilha mútua nas opções tomadas. Realça que se deverão encontrar formas de equilíbrio financeiro locais, através das quais possa ser possível por via da contribuição contributiva e fiscal diretamente gerada pelos municípios seja também ela governada pelos eleitos locais, aumentando por esta via a visibilidade que lhes é conferido. Termina dizendo que para reforçar a transparência da gestão autárquica através da formação de cidadania

ativa dever-se-á incentivar orçamentos participativos, promover associações de moradores defensores de soluções de problemas, entre outros. -----

FLOR AGOSTINHO: Considera o assunto em discussão delicado por não ser fácil, pois cada município tem características bem distintas. Sobre os pontos abordados no documento aplicados a Ílhavo, considera que: não existem empresas municipais, a dimensão territorial do município é pequena e o reforço da democracia local é sempre uma mais valia. Por isso, entende que só quando houver algo definido a nível legislativo é que se verificarão reformas administrativas. -----

PAULO NORDESTE: Relembra que participou na reunião mencionada pelo Presidente da Câmara e tendo sido dito que se estavam a realizar estudos pela ANMP e ANAFRE, questiona qual a sua evolução. Pergunta ainda, qual a perspetiva de existir algum documento sobre as funções dos Municípios, das

Assembleias, das Freguesias e do seu financiamento para que se possa discutir antes da decisão final. ---

JORGE SÃO MARCOS: Sabendo que muitos defendem a manutenção das Freguesias, a redução dos números de Vereadores em funções, entre outros aspetos, verifica que há necessidade de mudança como forma de nos aproximar da Europa de vanguarda. -----

MARIANA FRANCO: Concorde com a reforma da Administração Local independentemente de discordar de alguns pontos, pois a mudança é necessária. Relembra que a discussão desta matéria é importante, no entanto deverão assumir a aplicação de medidas definidas na reforma por todos os elementos envolvidos no processo. Assume não concordar com a inerência com direito a voto dos Presidentes de Junta de Freguesia na Assembleia Municipal, pois são muitas as situações em que esses votos alteram por completo a eleição dos cidadãos para a Assembleia Municipal, pelo facto de serem em maioria em relação aos membros eleitos para a Assembleia Municipal. -----

PEDRO MARTINS: Considera que a Reforma Administrativa se deveria iniciar com a definição de competências das diversas autarquias, freguesias e comunidades intermunicipais, e só depois dessas definições é que se poderá efetuar mudanças administrativas. -----

--
Como adepto da regionalização concorda que se deva transferir mais competências para as associações de municípios, mas para isso terá de haver uma maior legitimidade democrática dos mesmos. -----

Na realidade local indica que se prevê a junção das freguesias da Gafanha da Encarnação e Gafanha do Carmo, no entanto entende que não vê vantagem alguma, pois a Gafanha do Carmo por ser rural se deveria manter. -----

DOMINGOS VILARINHO: No que respeita à junção das Freguesias da Gafanha da Encarnação e da Gafanha do Carmo, informa que o executivo da Junta de Freguesia da Gafanha do Carmo entende ser um erro e injustiça, pois os critérios que classificam esta freguesia como APU – Área Predominantemente Urbana não refletem a realidade rural possibilitando a sua manutenção. -----

--
Ao avançar esta proposta crê que a população da Freguesia será bastante prejudicada, visto ser maioritariamente idosa com poucos recursos, sem acessos a transportes públicos. Por estes motivos e pela proximidade da Junta de Freguesia, muitos idosos apoiam-se para obterem auxílios que chegam a ultrapassar as competências da Junta, tais como redação de cartas, leitura de documentos, entre outros. -
-Considera que esta Reforma nas Freguesias irá contribuir pouco para a redução das despesas no Orçamento de Estado. Pelo contrário, os prejuízos serão superiores aos ganhos, dado que o desconforto e conflitos das populações será muito mais prejudicial ao país comparado com a poupança que irão retirar desta Reforma. -----

Entende ser mais vantajoso que se assumisse uma reforma na Administração Central, dando como exemplo a redução do número de deputados na Assembleia da República. -----

Sabendo que as Freguesias são um problema administrativo, questiona o porquê de não abolirem com todas. -----

Informa que a população está descontente com as medidas previstas para a sua Freguesia. -----

JOSÉ LOUREIRO: Considera que há correções administrativas no país, no entanto não compreende porque querem alterar algo que funciona bem que é a Administração Local. Relembra a importância das Juntas de Freguesias pela proximidade junto da população. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Comenta que nas intervenções dos membros verifica argumentos válidos opostos defendendo cenários diferentes que envolvem a redução ou não do número de freguesias. Esta pequena amostra demonstra a complexidade existente a nível nacional. Por esse motivo entende que lentamente esta Reforma entrará em prática por se verificar vários desencontros de opiniões e de formas de ser consensual. -----

Reponde ao membro Paulo Nordeste explicando que o estudo da ANMP foi superficial, por isso o estudo da ANAFRE é acolhido e onde é divulgado a junção de duas freguesias no município. No que respeita a mais informações sobre as competências nada há de novo a informar por parte do Governo. -----

Indica que a sua opinião está demonstrada em parecer à ANMP e que implica uma reforma profunda do Poder Local e do Estado no seu conjunto, isto é o que atualmente se pretende é uma reforma gradual e em oposição defende uma reforma total e profunda. -----

Concorda com a intervenção do membro Mariana Franco no que respeita ao direito de voto atribuído aos Presidentes de Junta que têm lugar por inerência nas Assembleias Municipais. -----

Relativamente à aplicação dos critérios de classificação urbana ou rural, discorda do membro Domingos Vilarinho ao dizer que se deve reavaliar essas classificações, visto que muitas não correspondem à realidade. -----

Termina dizendo que de facto é necessário uma reforma à estrutura do Estado, pois esta está necessitada de tal. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

2ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

ANTÓNIO PINHO: Sobre a participação dos Presidentes de Junta com direito a voto na Assembleia Municipal, indica concordar na medida em que estes defendem os interesses da população da sua Freguesia. No entanto, em grandes zonas urbanas considera necessário a abolição de Junta por não verificar importância de funcionamento para a sua população. -----

JOSÉ LOUREIRO: Lamenta que as reformas sejam todas baseadas na imposição. -----

PEDRO MARTINS: Discorda da participação dos Presidentes de Junta com direito a voto nas Assembleias Municipais por entender que distorce a democracia. -----

Não concorda com a extinção de freguesias, mas entende ser fundamental a revisão de competências atribuídas às mesmas. -----

JORGE SÃO MARCOS: Constata que o problema dos portugueses é não serem favoráveis a reformas e o exemplo deve ser mostrado por aqueles que gerem a “coisa pública”. -----

Findas as segundas intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

---3ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Explica que embora a reforma prevaleça a representatividade de partidos terá sempre de existir maioria para o exercício de gestão pública. -----

O Presidente da Mesa dá início à discussão do Ponto 6 – Aprovação da candidatura da Câmara Municipal ao financiamento BEI/QREN para as seguintes obras: -----

- a) Centro de Investigação e Empreendedorismo; -----
- b) Qualificação Urbana e Ambiental do “casco Antigo” da Cidade; -----
- c) Requalificação Urbana da Av. 25 de Abril; -----
- d) Requalificação Urbana e Ambiental Frente Ria Costa Nova – Biarritz; -----

Foi dada a palavra ao Presidente da Câmara para explicar o documento: -----

1ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA: Por anteriormente ter efetuado explicação exaustiva desta matéria, coloca-se à disposição de qualquer esclarecimento solicitado sem abordar novamente o assunto. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que se inscreveram: -----

1ª INTERVENÇÃO DOS MEMBROS -----

PAULO NORDESTE: Verificado que o limite é de aproximadamente 200 mil euros, pergunta se necessita de apoio da Assembleia para rever o limite desse valor. -----

Findas as primeiras intervenções, o Presidente da Mesa dá a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas: -----

2ª INTERVENÇÃO DO PRESIDENTE DA CÂMARA (RESPOSTA AOS MEMBROS): Relembra que a Câmara Municipal apresentou quatro candidaturas no valor total de 900 mil euros, sabendo que o espaço de capacidade de endividamento era de 350 mil e desenvolvendo o processo de solicitação de exceção ao Sr. Ministro das Finanças para se poder ter a possibilidade de aceder a todo o valor. Explica que a esta Câmara e a outras houve um indeferimento por não despacho do Ministro Teixeira dos Santos. -----

Assim, sem receber resposta formal optou-se por avançar na sua totalidade por entender que o assunto ainda se encontra em análise. Embora a probabilidade seja reduzida optou-se por avançar como forma de prevenção. -----

O Presidente da Mesa deu a palavra aos elementos da mesma para as intervenções habituais, pelo que não havendo inscrições submeteu-se o ponto a votação. -----

VOTAÇÃO: Submetido a votação, foi aprovado por unanimidade. Para efeitos imediatos esta deliberação foi aprovada em minuta. -----

O Presidente da Mesa informou que terminado a discussão da Ordem do Dia e como não havia público para intervir, deu por finda a reunião pelas 23H30 do dia. -----

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente ata que eu, Maria do Rosário, 1º Secretária, redigi, subscrevi e assinei conjuntamente com o Sr. Presidente da Mesa em exercício. -----

O Presidente da Mesa _____

O 1º Secretário _____

ESTA ATA FOI APROVADA POR MAIORIA, NA REUNIÃO REALIZADA NO DIA 10/02/12.